

DESENVOLVIMENTO

# Produção industrial cresce em nove regiões

Em Goiás, o aumento chegou a 10,3%, alavancada pelo setor farmacêutico

Daniela Amorim  
Da Agência Estado

A produção industrial avançou em nove dos 14 locais pesquisados na passagem de julho para agosto, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O parque industrial de São Paulo, o maior do País, teve uma expansão de 2,7%, acima do total nacional no período (1,5%). O resultado comprova que há uma recuperação em curso na produção nacional, segundo especialistas.

“Algumas regiões cresceram muito mais do que outras. O crescimento foi disseminado,

mas não aconteceu igualmente. De toda forma, o retrato geral em agosto é de que a indústria já começa a respirar um pouco, saiu do fundo do poço”, avaliou Reginaldo Nogueira, professor de Economia do Ibmecc.

Os aumentos mais expressivos em agosto foram do Amazonas e Goiás. A produção goiana teve expansão de 10,3%, puxada pelo setor farmacêutico. Já a indústria amazense avançou 7,6%, graças à atividade de motocicletas e peças para motos, que retomou a produção após as férias coletivas em algumas empresas em julho.

Em São Paulo, a indústria

teve crescimento disseminado, a exemplo do que ocorreu no total nacional, com destaque para os setores de veículos automotores, alimentos, farmacêutico e outros produtos químicos.

“A análise ‘na margem’ (na comparação com o mês anterior) mostra sinais positivos nos principais centros industriais produtores do País e dá sustentação às expectativas de que o segundo semestre será melhor para a indústria”, declarou o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

Entretanto, a indústria permanece em patamar inferior ao

registrado no ano passado. Na comparação com agosto de 2011, o movimento foi contrário: houve queda na produção em nove dos 14 locais pesquisados, incluindo São Paulo, onde as perdas foram de 4,6%. Foi a 12ª taxa negativa consecutiva no parque industrial paulista.

“O que puxou a queda em São Paulo foi o setor de veículos automotores, que, apesar da recuperação recente por conta dos estímulos do governo, ainda está em patamar mais baixo do que no ano anterior”, apontou Rodrigo Lobo, economista da Coordenação de Indústria do IBGE.

NO CAMPO

# Safra deve chegar a 163,7 milhões de toneladas em 2012, diz IBGE

Daniela Amorim  
Da Agência Estado

O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de setembro projeta uma safra de 163,7 milhões de toneladas em 2012, com queda de 0,5% ante o levantamento de agosto, informou nesta terça-feira o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Se confirmada, a safra será 2,2% superior à do ano passado, quando foi de 160,1 milhões de toneladas.

A área de grãos a ser colhida em 2012 deve somar 49,2 milhões

de hectares, que representam um aumento de 1,1% em relação a 2011. Houve, no entanto, recuo de 0,5% em relação à estimativa de agosto, na informação do IBGE.

As três principais culturas - arroz, milho e soja -, que representam 91,1% do volume da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, respondem por 85,0% da área a ser colhida em 2012. O resultado representa uma redução de 13,3% para a área colhida de arroz, mas houve aumento de 9,9% para o milho e de 3,4% para a soja.

A produção de milho deve

crescer 28,5% neste ano, enquanto a de arroz deve recuar 15% e a de soja, 12,8% em relação a 2011, segundo o Levantamento Sistemático do IBGE.

**Revisão** - A revisão para baixo da estimativa para a safra de 2012 na passagem de agosto para setembro se deveu a uma expectativa de colheita menor de soja, milho 1ª safra, sorgo e algodão em caroço. O LSPA de setembro registrou recuo de 0,5% na produção de grãos em relação à previsão de agosto.

“Puxaram para baixo (o resultado na margem) a soja, o

milho 1ª safra, o sorgo e o caroço de algodão. A laranja está caindo, mas não entra nessa conta”, disse Mauro Andreazzi, gerente da Coordenação de Agropecuária do IBGE.

Na passagem de agosto para setembro, a produção de soja em grão recuou 0,9%, a de milho em grão 1ª safra, 2,2%, a de sorgo em grão, 2,6%, a de algodão herbáceo, 5,8% e a de laranja, 4,4%. Na direção oposta, foram revisadas para cima as safras de trigo em grão (7,8%), café robusta em grão (2,3%) e milho em grão 2ª safra (0,8%).

FMI

# Brasil apresenta números fiscais melhores que de países avançados

Ricardo Leopoldo  
Da Agência Estado

Embora tenha registrado um desempenho do PIB abaixo do seu potencial em 2011, o que certamente também ocorrerá em 2012, o Brasil dá sinais de vigor das suas contas do Poder Executivo, ratificados pela avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI). O Monitor Fiscal divulgado ontem confirma que a dívida pública mantém a tendência cadente para os próximos anos, seja ela medida pelo conceito líquido, como prefere o governo, ou bruto como apreciam mais as agências internacionais de rating. Além disso, a trajetória do resultado nominal também é de queda. Os números estimados pelo FMI para o País mostram indicadores melhores do que os registrados por várias nações avançadas, entre elas os EUA, Japão, França e, em alguns casos, é mais favorável do que o apurado pela Alemanha.

De acordo com o FMI, as projeções do resultado nominal do Brasil ficaram entre as que apresentaram maior evolução em re-

lação às estimativas realizadas pelo Fundo em abril deste ano. Na ocasião, a instituição previa que o déficit nominal de 2012 atingiria 2,3% do PIB, mas agora apresenta um resultado negativo de 2,1% do produto interno bruto. Para 2013, o avanço da projeção foi ainda mais expressivo, pois baixou de um déficit de 2,4% para 1,6% do PIB. Estes resultados são mais positivos do que a média mundial, de déficit de 4,2% e 3,5% do PIB para 2012 e para o ano seguinte, respectivamente. No caso dos EUA, as projeções são de 8,7% e 7,3% do PIB para o biênio, na zona do Euro atingem 3,3% e 2,6% do produto interno bruto, respectivamente, e na França variam de 4,7% e 3,5% do PIB. Os números nacionais são muito melhores que os estimados pelo FMI para o Japão, de 10% do produto interno bruto para 2012 e 9,1% do PIB em 2013.

As projeções do FMI para a dívida bruta do governo são mais favoráveis do que as registradas pela Alemanha, um país de centenária tradição fiscalista. O indicador deve chegar a 64,1% do PIB em 2012, abaixo dos 65,1% do produ-

to interno bruto estimados pelo Monitor Fiscal de abril. Para 2013, a redução da estimativa é de 1,9 ponto porcentual do PIB, o que faz com que caia de 63,1% para 61,2% do produto interno bruto. O FMI projeta uma rota de queda contínua desse passivo do governo até 2017, quando deverá atingir 54% do produto interno bruto.

No caso da economia alemã, contudo, ocorreram altas das estimativas realizadas pelo Fundo para a dívida bruta. Para este ano, a projeção de abril era de 78,8% do PIB, mas agora subiu para 83,0% do produto interno bruto. Em 2013, o governo de Angela Merkel deverá ter que administrar uma dívida pública cerca de 20 pontos percentuais do PIB maior do que apurado pelo Brasil. As estimativas do FMI apontam que tal indicador deve subir de 77,1% para 81,5% do PIB no ano que vem.

O FMI não explica em detalhes no Monitor Fiscal porque as contas do Brasil devem continuar apresentando um desempenho positivo nos próximos anos. Mas algumas hipóteses podem ser ponderadas.

Uma delas é a geração constante de um nível expressivo de superávit primário de uma década para cá, o que contou com a colaboração de uma taxa média de crescimento do PIB muito próxima de 4% entre 2003 e 2010. De um ano para cá, no entanto, o produto interno bruto registra resultados fracos, mas a redução dos juros em 5 pontos percentuais desde agosto de 2011 ajuda bem a diminuir o pagamento do serviço financeiro da dívida pública, dado que uma boa parte dela ainda está vinculada à variação da taxa Selic, como as Letras do Tesouro Nacional. Este tipo de papel já foi responsável por cerca de um terço do passivo mobiliário do Poder Executivo, mas deve fechar este ano numa marca ao redor de 24% do total.

No caso da dívida pública líquida, a trajetória declinante também é mantida nos próximos seis anos, ressaltam as projeções do FMI. Para 2012, a estimativa é de atingir 36,4% do PIB, número que deverá cair para 32% do produto interno bruto em 2013, continuando em redução até 2017, quando chegará a 26,6% do PIB.

# Economia mundial avança lentamente

O diretor do departamento de Pesquisa do FMI, Olivier Blanchard, afirmou que a recuperação da economia mundial continua, mas desacelerou recentemente. “Há duas forças que estão pressionando a demanda global para baixo: a consolidação fiscal e fraqueza financeira”, comentou, durante entrevista coletiva em Tóquio, durante a apresentação do relatório Perspectiva da Economia Mundial, divulgado nesta terça-feira.

De acordo com Blanchard, os bancos, sobretudo na Europa, apresentam condições de liquidez precárias, que os deixam fra-

cos e provocam apertos na concessão de crédito para empresas e famílias. “O mundo desacelerou com vigor recentemente por causa das grandes dívidas sobre a economia da zona do euro e dos EUA”, apontou.

Na avaliação do diretor do FMI, a economia da Europa “pode ser atingida por um choque” caso as condições de recuperação do nível de atividade da região, que incluem consolidação fiscal dos países, não sejam atendidas no curto prazo. “O importante é que a nova arquitetura da economia na Europa

deve reduzir a amplitude dos choques. E um dos elementos importantes para atingir este objetivo é que a supervisão dos bancos (no continente) precisa mudar”, afirmou.

Tal sistema de monitoramento de instituições financeiras, segundo ele, precisa ter abrangência em toda a zona do euro. “É bom ver que esses temas estão sendo avaliados na Europa. Na sua avaliação, medidas de curto prazo precisarão ser adotadas para reequilibrar as finanças de países, de modo que permite gradualmente o fortalecimento

da demanda agregada e o retorno ao crescimento. “A Itália e Espanha precisam manter o rigor fiscal”, disse Blanchard.

Olivier Blanchard fez uma defesa indireta de instrumentos não convencionais de estímulo monetário às economias de países que enfrentam dificuldades e que já tem taxas de juros próximas de zero, fenômeno conhecido como armadilha da liquidez. “Política monetária acomodatória pode ser usada para estimular o crescimento”, comentou, referindo-se que isto ocorre em alguns países, como o Reino Unido.

PETRÓLEO E GÁS

# Nova tributação do setor está em fase de estudo

Da Agência Estado

Depois de oito meses de negociação do regime automotivo, o governo prepara agora a ampliação e modernização do regime tributário do setor de petróleo e gás, conhecido como Repetro. Também será criado um novo sistema para a toda a cadeia produtiva do setor químico.

O presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Mauro Borges, informou que as mudanças são complexas e visam ao fortalecimento de todos os elos da cadeia produtiva. A previsão é que sejam implementadas em 2013.

No caso do Repetro, serão beneficiados os fornecedores, o que inclui a indústria siderúrgica, de bens de capital e serviços. Hoje, o regime é muito mais aduaneiro e beneficia, principalmente, as operadoras dos campos de petróleo e gás, como a Petrobras. A ideia é adequar o Repetro ao reposicionamento do Brasil no mercado mundial depois das descobertas de novas reservas. Já a criação de um regime tributário especial para a indústria química tem como objetivo melhorar a competitividade e reverter o déficit comercial do setor, de cerca de US\$ 20 bilhões.

De acordo com Borges, o Brasil ganhou peso na cadeia de suprimento de petróleo e gás nos últimos anos. “Isso tem de ser refletido no regime especial. Não tem jeito. Nós mudamos a nossa posição relativa no mundo.” O foco, segundo ele, é a chamada cadeia secundária, que fornece insumos, equipamentos e serviços para os operadores, e os chamados “sistemistas”, que são os fornecedores diretos. “É uma cadeia altamente relevante porque é estritamente

industrial.” As empresas da cadeia secundária terão estímulo tributário. Ele deu como exemplo o setor de fabricação de alumínio, hoje cada vez mais importante para exploração da camada do pré-sal.

A preocupação do governo é evitar que o Brasil se transforme apenas num país produtor sem desenvolver todos os elos da cadeia. Conforme Borges, o Repetro é um modelo bem-sucedido, mas hoje é um “retrato competitivo de um determinado momento que já acabou”. O presidente da ABDI afirmou que, ao desenvolver no País competência para a prestação de serviços, se criará um estímulo para o uso de produtos nacionais e o aumento do emprego.

“É igual a uma costureira que vai fazer um molde de um vestido. Ela tem os seus fornecedores no Brasil. Então, vai falar: ‘Você vai comprar o tecido de fulano, os botões de tal, o sapato de tal’. Tem a sua própria cadeia de suprimento local. O projeto básico de engenharia não é diferente de um molde de vestido”, disse.

Criado em 1999, o Repetro assegura a suspensão de tributos sobre as operações de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás. A renúncia fiscal aumenta a cada ano com o crescimento dos investimentos e das compras nos mercados internacionais. Em 2011, a renúncia alcançou R\$ 9,97 bilhões e, de janeiro a agosto deste ano, já soma R\$ 8,65 bilhões, de acordo com dados da Receita Federal.

Borges destacou que as negociações para a criação de um regime tributário especial para o setor químico deverão ser demoradas porque se trata de uma cadeia muito complexa e longa.

CURTA

## Procura por crédito em setembro caiu 16,5%, indica Serasa

O número de consumidores que buscaram por crédito em setembro caiu 16,5% na comparação com o mês anterior, segundo a Serasa Experian. Em relação a setembro de 2011, a queda foi de 9%. O principal motivo que levou ao recuo em setembro, de acordo com a empresa, foi a menor quantidade de dias úteis - 19 contra 23 em agosto e 21 em setembro de 2011. Os resultados do mês passado levaram o Indicador da Demanda do Consumidor por Crédito a registrar queda de 5,9% no acumulado dos nove primeiros meses do ano, ante igual período de 2011. A média diária de procura por crédito, no entanto, subiu 1,1% em setembro na comparação com agosto.

### JUIZ DE DIREITO DA TERCEIRA VARA CÍVEL REGIONAL DA BARRA DA TIJUCA

EDITAL DE 1ª, 2ª PRAÇA E INTIMAÇÃO, com prazo de 05 dias, extraído dos autos da ação de cobrança proposta por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO VIEIRA SOUTO em face de ANDREA SUSSENBACH DA SILVEIRA e JORGE OSWALDO LA SALVIA (Processo nº 0009616-76.2005.8.19.0209 - antigo 2005.209.009204-9): O DR. AUGUSTO ALVES MOREIRA JUNIOR, Juiz de Direito, FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, especialmente a ANDREA SUSSENBACH DA SILVEIRA e JORGE OSWALDO LA SALVIA, de que no dia 17/10/2012, às 17:00 horas, no Átrio do Fórum Regional da Barra da Tijuca, na Av. Luis Carlos Prestes, s/nº - Barra da Tijuca/RJ, pelo Leiloeiro Público JONAS RYMER, será apregado e vendido a quem mais der acima da avaliação de R\$ 3.143.424,20; ou no dia 31/10/2012, no mesmo horário e local, a quem mais der independente da avaliação, o imóvel situado na Av. Sernambetiba nº 3.600 - Apartamento 902 do Bloco 01 - Barra da Tijuca/RJ. Cf. o 9º RI, o ref. imóvel encontra-se matriculado sob o nº 72.354, e registrado em nome de Andrea Sussenbach da Silveira, casada com Jorge Oswaldo La Salvia. Constam os seguintes gravames: 1) R-11: Penhora, por determinação do MM Juiz de Direito da 6ª VFP, face ação de execução fiscal nº 7771/99, movida pelo Município do Rio de Janeiro em face de Andrea Sussenbach da Silveira; 2) R-12: Penhora, em 2º grau, determinada pelo Juízo de Direito da 15ª Vara Cível, decidida nos autos da ação movida pelo Condomínio do Edifício Vieira Souto em face de Andrea Sussenbach da Silveira (processo nº 2000.001.061813-1); 3) R-13: Penhora, em 3º grau, determinada pelo Juízo de Direito da 12ª Vara de Fazenda Pública, decidida nos autos da ação de execução fiscal movida pelo Município do Rio de Janeiro (Processo nº 2004.120.029944-5); 4) R-14: Penhora oriunda do presente feito. Cf. certidões, há débitos de IPTU de R\$ 577.892,37, mais acréscimos legais (1996 até a 2012). O imóvel será vendido livre dos débitos de IPTU, conforme preceitua o parágrafo único do artigo 130 do CTN. Caso os devedores não sejam encontrados pelo Sr. Oficial de Justiça, ficam pelo presente edital intimados da hasta pública, suprindo, assim, a exigência contida no § 5º do art. 687 do CPC. Arrematação: à vista, mais 5% de comissão ao leiloeiro; 0,25% de ISS, custas de cartório de 1% até o máximo permitido. E, foi expedido este edital. Outro, na íntegra, está afixado no Átrio do Fórum e nos autos acima. RJ, 13/09/2012. Eu, Tania Mara Caetano Ferreira, Escrivã, o fiz datilografar e subscrevo. Dr. Augusto Alves Moreira Junior - Juiz de Direito.